

A crescente participação da sociedade civil no debate político, social e cultural e a afirmação de espaços de decisão integrados vieram sem dúvida projectar a questão da cidadania para além dos limites da vertente jurídico-constitucional nacional. Já não se pode falar de cidadania tendo exclusivamente por referência a pertença a uma nação, o vínculo a um Estado ou a ligação a um território. Nos últimos anos, os efeitos da globalização, a transnacionalização dos fenómenos políticos, da segurança e da defesa, as consequências do efeito cumulativo da informação sobre a evolução das mentalidades, a mobilidade de que os indivíduos usufruem hoje e a aproximação inter-cultural transformaram a percepção tradicional da cidadania.

A uma multiplicação dos espaços de exercício do político, do económico, do social e do cultural corresponde uma diversificação dos sentimentos de pertença dos indivíduos a várias referências de autoridade. Desta relação resulta necessariamente uma relação de direitos e deveres, grande parte dos quais constituem o cerne da cidadania, quer a equacionemos no domínio nacional, quer no quadro de relacionamento político integrado, como o é o da União Europeia.

A este efeito de múltiplos espaços de pertença não é alheio o sentimento, hoje bem enraizado, de que a humanidade partilha um mesmo destino e um património comum. Esta percepção de partilha de um destino e património único, seja ele natural ou cultural, tem acompanhado o alargamento dos espaços de decisão política o que passou a pressupor formas renovadas de pensar e usufruir de cidadanias múltiplas e inclusivas. É preciso reinventar novos conteúdos para a cidadania, por forma a adaptá-la aos desafios do futuro. Uma cidadania da qual se beneficiará num ambiente em que a soberania será partilhada, a defesa e a segurança assumirão crescentemente contornos multilateralizados, a moeda única converter-se-á, no curto prazo, numa realidade europeia, a fronteira será a do limiar do desenvolvimento económico e social, a cultura será e já o é, o lugar de expressão máxima do cosmopolitismo da sociedade actual.

Ampliar o leque de direitos que estão hoje ao dispor dos cidadãos, em particular aqueles inerentes a uma cidadania europeia, implica não esquecer a relevância dos deveres que lhe são inerentes. Se ao nível da construção intelectual e da formulação política, a ideia da cidadania alargada e da educação cívica têm conhecido desenvolvimentos substanciais, no domínio da sua realização concreta essa evolução não tem sido tão rápida quanto a realidade o aconselha. Neste contexto caberá às escolas, às instâncias de ensino superior e a instituições como o Instituto da Defesa Nacional e o Ministério da Educação promover as oportunidades e o espaço de debate teórico e prático para a definição dos Novos Rumos da Educação para a Cidadania que dão título a este numero da Nação e Defesa. A realização de um seminário subordinado ao tema Cidadania, Educação e Defesa uma iniciativa conjunta das XVIII Jornadas Instituto da Defesa Nacional/Instituto de Estudios Estrategicos espanhol no passado mês de Fevereiro foi ao encontro do que consideramos ser uma preocupação e uma prioridade no que respeita à sensibilização, divulgação e debate da problemática da educação para a cidadania. Desta iniciativa resultou um conjunto de intervenções, que por razões de natureza editorial não foi possível incluir na sua totalidade neste numero pelo que optamos por uma selecção que permitisse proporcionar uma leitura suficientemente representativa de várias perspectivas da educação para a cidadania em Portugal, Espanha, França e Grã-Bretanha.

*Nuno Severiano Teixeira*